

_ SEG _ Carlos Alberto Sardenberg _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Irapuã Santana (quinzenal) _ Preto Zezé (quinzenal) _ Ana Paula Araújo (quinzenal)
_ TER _ Merval Pereira _ Pedro Doria _ Fernando Gabeira _ **QUA** _ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ **QUI** _ Merval Pereira _ Malu Gaspar _ Julia Duailibi
_ SEX _ Vera Magalhães _ Pablo Ortellado _ Bernardo Mello Franco _ **SAB** _ Thaís Oyama _ Flávia Oliveira _ Eduardo Afonso _ **DOM** _ Merval Pereira _ Dorrit Harazin _ Bernardo Mello Franco

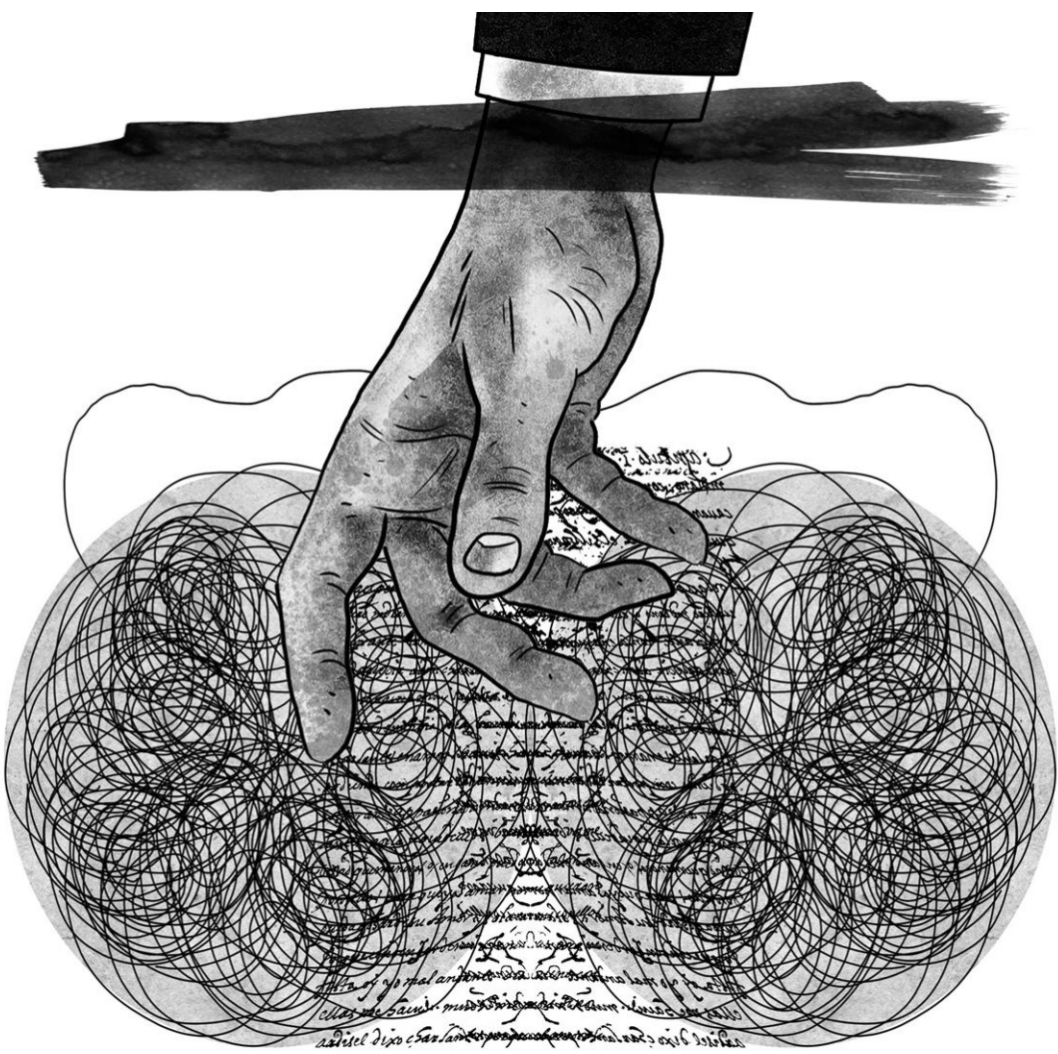
MALU GASPAR

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
malu.gaspar@oglobo.com.br



O sistema a serviço da fraude

Os agentes da Polícia Federal baixaram nesta semana em endereços ligados ao Digimais, banco do bispo Edir Macedo que estava prestes a ser comprado pelo BTG. A apuração da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal (MPF) revela que a instituição seguia a cartilha criminosa do Master: vendia CDBs aos investidores prometendo rendimentos bem acima do mercado e fraudava o balanço inflando o valor de fundos a partir de avaliações fajutas. O material mostra também que o banco forjava a venda desses fundos à holding do bispo, montando operações com vencimento lá em 2032 que dificilmente seriam concretizadas, mas eram registradas imediatamente nas demonstrações contábeis. Quando a auditoria pretensamente independente declarou que não era possível aferir a veracidade dos créditos, o banco simplesmente a trocou por outra. Só num dos fundos se constatou fraude de R\$ 670 milhões, e já se sabe que há créditos podres em vários outros. Em 2025, a auditoria dispensada registrou em seu relatório não ter conseguido verificar fundos cujo valor total no balanço era de R\$ 4 bilhões, porque o banco não forneceu nenhum documento para ser conferido. Calcula-se que deva chegar a R\$ 7 bilhões o rombo do Digimais no Fundo Garantidor de Créditos, o seguro financiado pelos grandes bancos para cobrir as perdas dos investidores que tenham até R\$ 250 mil aplicados em papéis como o CDB. As irregularidades começaram em 2023 e continuaram até agora. Até onde se sabe, o bispo Macedo vinha sendo cobrado pelo Banco Central (BC) a capitalizar o Digimais, mas conseguiu empurrar com a barriga e seguiu operando sem ser incomodado. Até a operação desta semana, não havia notícia de sanções impostas pelo BC ao banco, nem pela Comissão de Valores Mobiliários, (CVM) à gestora que administrava os fundos. Só há três meses, quando o Digimais já estava na bacia das almas, e os danos do Master estavam espalhados pelos ecossistemas financeiro e político, um relatório do BC sobre as fraudes aportou nos escaninhos



da PF e do MPF. Hoje, quando se pergunta no mercado sobre o banco do bispo, a resposta dos *fariáliers* é parecida com a que se dava sobre o Master antes de toda a sujeira de Vercaro vir à tona: todo mundo sabia que era uma roubada. Tanto assim que, no final de 2025, quando os controladores precisaram contratar um novo CEO, acabaram fechando com Aldemir Bendine. Para quem não liga o nome à pessoa, trata-se do ex-presidente do Banco do Brasil que Dilma Rousseff colocou na Petrobras quando a Operação Lava-Jato levou à queda de toda a diretoria da petroleira em 2015. Bendine acabou preso e condenado a sete anos e nove meses por corrupção passiva. Executivos da Odebrecht disseram (e comprovaram) em delação premiada ter pagado R\$ 3 milhões a Bendine para liberar um empréstimo quando estava no comando do BB. Apesar de tudo isso, em dezembro de 2025 o BC aprovou sua nomeação para comandar o Digimais. Afinal, a condenação havia sido anulada em 2019 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na mesma Segunda Turma que hoje é palco de embate público entre os ministros André Mendonça, relator do caso Master, e Gilmar Mendes, que desde já trabalhava para melar toda a apuração sobre os crimes de Vercaro e companhia. No caso de Bendine, a nulidade encontra-

da por Mendes, Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia foi o fato de tanto ele quanto os delatores, réus no processo, terem recebido o mesmo prazo para apresentar suas alegações finais na primeira instância. Atenção: não é que Bendine não tenha ficado sabendo do que disseram os delatores, ou que não tenha tido chance ou tempo de se defender, e sim que, na fase final do processo, todos os réus tiveram de apresentar suas defesas no mesmo prazo. Registre-se, em favor de Bendine, que ele não foi alvo da operação no Digimais. Mas é significativo que só tenha conseguido voltar ao mercado e se tornar CEO de um banco que se revela uma fábrica de fraudes graças a uma brecha inventada por sua defesa e encampada pelo STF. A esta altura, ninguém ignora o acordo que se arquitetou no Brasil, em especial no STF, para cancelar o máximo de condenações impostas a corruptos, fraudadores e variados tipos de criminosos do colarinho branco nos últimos anos. Também não é segredo o esforço de alguns ministros para enterrar a investigação e proteger colegas enrolados com o Master. O caso Digimais, porém, fornece um quadro completo e acabado do tamanho do estrago que esse garantismo oportunista vem causando ao colocar a serviço da fraude um sistema que deveria trabalhar para fortalecer a Justiça e a democracia.

ARTIGO

O eleitor pendular diante do caso Wagner

BETO VASQUES E FABIANO GARRIDO

Eleições não se decidem apenas quando eleitores mudam de voto. Muitas vezes, o eleitorado começa a se mover quando contra razões moralmente aceitáveis para justificar uma escolha que ainda não admite. É nesse território — menos ideológico que afetivo, menos programático que moral — que o episódio com o senador Jaques Wagner deve ser compreendido. As últimas pesquisas registraram uma inflexão relevante. Lula voltou a abrir vantagem sobre Flávio Bolsonaro, enquanto a aprovação de seu governo e de algumas políticas sociais também melhorou. A leitura mais óbvia atribui isso à comunicação oficial ou ao maior conhecimento do “pacote de bondades”. Mas os relatórios do Instituto Democracia em Xequê (DX) sugerem outra hipótese: talvez esses programas tenham passado a ser vistos com mais generosidade pelos eleitores pendulares, que precisaram reencontrar motivos para considerar Lula novamente. Até o episódio “Dark Horse”, Flávio Bolsonaro surfava os “ventos da mudança” junto a esse público. Para eles, cansados da polarização — e sem ver grande diferença entre Lula e Bolsonaro —, Flávio oferecia a renovação. Não empolgava, mas não assustava. Um bolsonarismo menos estridente e mais moderado. O “Dark Horse”

mudou isso. Diante de áudios, versões contraditórias e documentos nunca apresentados, parte desse eleitorado passou a ver Flávio como alguém sob suspeita, que fere dois mandamentos morais básicos: não mentir e não se corromper. Quando isso acontece, o eleitor não muda automaticamente para o adversário. Procura, antes, uma justificativa para si mesmo. Políticas até então vistas com desatenção — Bolsa Família, Pé-de-Meia, Desenrola, isenção do Imposto de Renda — começaram a funcionar assim: “Não gosto de tudo em Lula, mas ele olha pelos pobres”; “Pode ter problemas, mas entrega alguma coisa”. A melhora de Lula, portanto, se daria menos por entusiasmo e mais por uma dissonância cognitiva a justificar um cálculo emocional e moral. É aqui que entra Jaques Wagner. Análise do DX nas redes sociais mostra que a direita tentou rapidamente vincular o caso à narrativa de corrupção petista. A repercussão não foi pequena: mais de 223 mil menções em pouco mais de um dia. Mas tampouco teve a força inicial do BolsoMaster, que produziu quase o dobro nas primeiras 24 horas. Wagner não é candidato a presidente e anunciou ontem que deixará a liderança do governo no Senado. Atinge Lula pelo risco de contaminação institucional. Se o governo

sustenta que a Polícia Federal atua com autonomia, que “Quem fez, paga” e que “Lula não abafa as investigações” — como pedem os eleitores pendulares —, pode reduzir o dano da contaminação de sua candidatura. Isso contrasta com a vitimização bolsonarista e com a tentativa permanente de proteger familiares e aliados. Mas esse ativo só se mantém se houver coerência política. Wagner deixar a liderança não é necessariamente uma confissão de culpa. O governo pode “vender” a mudança como fez Itamar Franco com Henrique Hargreaves no caso dos Anões do Orçamento: um exemplo de independência nas investigações. O episódio revela ainda o desconforto de Flávio. Um candidato em situação normal teria se aprofundado no caso. Mas, diante do “Dark Horse”, ele buscou refúgio na segurança pública, vinculando o episódio a seu plano “Brasil sem Medo”. A direita ganhou munição, mas seu principal candidato não pode atirar sem risco de ricochete. A questão agora é como o caso Wagner será processado pelos independentes, chamados a decidir a eleição. Será que esse eleitorado verá o episódio como “são todos iguais”, mas manterá o voto em Lula por falta de alternativa confiável? Ou mandará a fatura eleitoral ao presidente justamente quando começava a se inclinar na direção dele?

Beto Vasques e Fabiano Garrido são diretores do Instituto Democracia em Xequê

JULIA DUAILIBI

oglobo.globo.com/opiniao/
julia-duailibi
julia.duailibi@g.globo



O caso Master e as entrelinhas de Gilmar

A entrevista do ministro Gilmar Mendes ao “Roda viva”, da TV Cultura, revelou, nas entrelinhas, o que devemos esperar do escândalo envolvendo o Master. Depois de meses discutindo os tentáculos de Daniel Vercaro, do Centrão ao Supremo, do candidato à Presidência pelo PL ao líder do governo no Senado, podemos nos preparar para chegar a lugar nenhum. O que não seria grande novidade. Das tragédias brasileiras, está esta de pularmos de escândalo em escândalo, com uma expectativa quase pueril de que “agora vai ser diferente”. A entrevista nos lembra que, quando o assunto envolve os donos do poder, melhor adotar a cautela. Ficou evidente que a delação de Vercaro não deverá sair. E não sairá porque as investigações já chegaram a tanta gente, que muito pouca gente quer que prossigam. São poucos os sensibilizados com as mesadas, os contratos advocatícios, os negócios imobiliários e toda sorte de extravagâncias que deslumbaram o poder: de degustação de uísque em Nova York e Londres a festinhas com escravas e esquí em Courchevel. É muita gente querendo abafar uma delação que, se bem feita, poderia ajudar a desvendar as contrapartidas que Vercaro obteve ou tentou obter dos agentes públicos. Sem ela, fica mais difícil. Em momentos da entrevista, Gilmar aponta preocupações com abusos cometidos noutras investigações, como a Operação Lava-Jato. Ele tem razão quando volta a esse ponto. O suicídio, em 2017, do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Luiz Carlos Cancellier, citado por ele, nos obriga a manter um olhar crítico com as informações que vêm dos investigadores. Não se deve comprá-las pelo valor de face, sob risco de cometer injustiça. O ministro também criticou o fato de delações poderem ser feitas com investigados ou seus parentes presos. Outro ponto que demanda reflexão. O Estado não pode agir com tortura psicológica para alcançar nenhum objetivo. Não se combate o crime cometendo crime, disse Gilmar. Chama a atenção, no entanto, que ele não tenha manifestado a mesma preocupação com excessos noutras ocasiões. A jornalista do Valor Econômico Maria Cristina Fernandes perguntou sobre a delação de Mauro Cid, que teve cinco versões e foi negociada entre idas e vindas da prisão. Na relatoria, Alexandre de Moraes, à época, pelo trabalho de defesa da democracia, imune a críticas dos pares e de parte expressiva da imprensa. Gilmar agora aponta como “erro crasso” de André Mendonça o que foi *modus operandi* do próprio STF na tentativa de golpe. A condenação dos golpistas, ato da maior importância para a democracia do país, poderia ter entrado para a História sem as inovações jurídicas às vésperas do julgamento, como a mudança na regra do foro privilegiado ou a análise pela turma e não pelo plenário. As provas contra Bolsonaro e seu entorno eram suficientes, e exageros no caso só serviram para dar argumento a quem era contra condená-los. O mesmo serve para o escândalo do momento. Forçarmos a mão para punir os inimigos ou pegarmos o lustra-móveis para passar o pano para os amigos repete um script já conhecido. De escândalo em escândalo, continuamos cometendo os mesmos erros e chegando a lugar nenhum.